

Congresso limita isenção da contribuição previdenciária de entidades filantrópicas

Projeto de conversão aprovado ontem à noite considera totalmente isentas apenas as entidades que promovam a assistência social beneficente a pessoas carentes de forma gratuita e em caráter exclusivo

O Congresso Nacional decidiu ontem limitar a isenção da contribuição previdenciária de entidades filantrópicas. Em votação simbólica realizada à noite, foi aprovado o projeto de conversão à Medida Provisória nº 1.729, que considera totalmente isentas apenas as entidades que promovam a assistência social beneficente a pessoas carentes de forma gratuita e em caráter exclusivo. Foram aprovadas ainda as medidas provisórias 1.687-6, destinada a garantir assistência à população das regiões afetadas pela seca, e 1.714-3, que autoriza abertura de crédito de R\$ 15,5 milhões ao Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

PÁGINA 3

Plenário vota hoje acordo com o FMI

O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional será votado hoje, em regime de urgência, pelo plenário do Senado. O parecer favorável do relator, senador José Roberto Arruda, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 2

Senado comemora 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos

PÁGINA 7



O plenário do Congresso aprovou ainda as medidas que garantem crédito ao Ministério do Meio Ambiente e assistência à população atingida pela seca



O deputado Fernando Gabeira agradeceu a Antonio Carlos o empenho para que ele possa participar de reunião da ONU

ACM pede aos EUA que revejam veto a Gabeira

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez ontem um apelo à embaixada dos Estados Unidos para que reconsidere decisão de não conceder visto de entrada ao deputado Fernando Gabeira.

PÁGINA 4

CCJ presta homenagem a Iris Rezende

Uma fotografia do senador Iris Rezende integra desde ontem a galeria dos ex-presidentes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A inauguração contou com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e do presidente da CCJ, Bernardo Cabral.

PÁGINA 4


AGENDA

QUINTA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária
- ▶ 12h - Missa de confraternização de Natal e de encerramento de ano, celebrada por dom Paulo Evaristo Arns. *Salão Negro do Congresso Nacional*

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a comemorar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Pauta: (Dependendo de parecer da CAE) *Mensagem nº 275/98, que submete à deliberação do Senado o chamado acordo com o FMI; *Projeto de Resolução nº 108/98, que autoriza Alagoas a contratar operação de refinanciamento de dívida do estado, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo do estado do Alagoas, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 677,8 milhões; *PLC nº 55/98, que institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações; *Projeto de Resolução nº 110/98, que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor de até DM 225 milhões, entre a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás e um consórcio de bancos liderados pelo Dresdner Bank Ag., destinada ao financiamento do Projeto Usina Nuclear Angra II; *PLC nº 29/96, que dispõe sobre o acesso ao mercado de trabalho; *Projeto de Resolução nº 109/98, que autoriza o Paraná a contratar operação de crédito e compra e venda de ações, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$ 3,8 bilhões; *Projeto de Resolução nº 111/98, que autoriza Sergipe a realizar a operação de crédito, no valor de R\$ 31,5 milhões, celebrada entre a União, o estado de Sergipe e o Banco do Estado de Sergipe, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; e terceiro e último dia de discussão em segundo turno do *PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas).

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Ofício "S" nº 72/98, com solicitação do estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 296,2 milhões, para ressarcimento de até 80% das perdas líquidas imputadas ao estado em 1998 pela aplicação da Lei nº 9.424, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef; e *MSF nº 261/98, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a SEK 422.523.950,00, de principal, entre o Brasil e o Skandinaviska Banken AB, destinados ao programa de reaparelhamento da Marinha. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 19*
- ▶ 10h - Comissão Especial destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia
Pauta: Leitura e apresentação de sugestões para o relatório final. *Ala Senador Nilo Coelho - sala 2*
- ▶ 10h - Comissão Especial do Corredor Centro-Leste.
Pauta: Apresentação do relatório final. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 13*

Plenário vota acordo do Brasil com o FMI

Pauta de hoje também inclui pedidos de autorização para os estados do Paraná, Sergipe e Alagoas contratarem operações de crédito

O plenário do Senado vota hoje, em regime de urgência, o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições financeiras internacionais, que prevê a concessão de créditos no valor de US\$ 41,5 bilhões. O parecer favorável do relator, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A pauta inclui ainda dois projetos de resolução que autorizam os estados do Paraná e de Sergipe a contratarem operações de crédito no valor de R\$ 3,8 bilhões e R\$ 31,5 milhões, respectiva-

mente, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Outro projeto de resolução autoriza o estado de Alagoas a contratar operação de refinanciamento de suas dívidas, no valor de R\$ 667,8 milhões.

Também faz parte da pauta desta quinta-feira projeto de resolução que autoriza a contratação de financiamento externo, no valor de 225 milhões de marcos alemães, entre a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) e um consórcio de bancos liderados pelo Dresdner Bank Ag., destinada ao pro-

jeito Usina Nuclear Angra II.

Projeto de lei da Câmara que institui taxa de licenciamento, controle e fiscalização de materiais nucleares e radioativos e suas instalações também integra a pauta da sessão. A taxa será destinada à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

A proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que estabelece prazo prescricional de cinco anos para ações trabalhistas no meio rural terá seu terceiro e último dia de discussão, em segundo turno.

CAE discute financiamento da Usina Nuclear Angra II

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), discute hoje, a partir das 10h, empréstimo destinado ao financiamento parcial do projeto Usina Nuclear Angra II. A operação será firmada entre a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) e um consórcio de bancos alemães, no valor de



Fogaça relata pedido de empréstimo feito pelo governo do Rio

225 milhões de marcos alemães. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator da matéria, emitiu parecer favorável.

A pauta da reunião também prevê a discussão de empréstimo a ser concedido pelo Banco do Brasil S/A ao estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 296,2 milhões, destinado a ressarcir até 80%

das perdas do estado com a Lei 9.424, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). O relator da proposta, senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentou parecer favorável.

A CAE apreciará, ainda, a realização de duas operações financeiras beneficiadas do estado do Acre. A primeira, no valor de R\$101,06 milhões, destina-se à liquidação do Banco do Estado do Acre e à criação de uma agência de fomento; e a segunda, no valor de R\$ 19,2 milhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

D. Paulo Evaristo Arns celebra missa de confraternização

Com a celebração de uma missa pelo cardeal emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, o Senado comemora hoje no Salão Negro, ao meio-dia, a chegada do Natal e o encerramento do ano. O presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, está convidando parlamentares e funcionários a participarem da con-

fraternização, que terá também uma apresentação do Coral do Senado.

A idéia de solicitar a dom Paulo que oficiasse a missa surgiu durante a aprovação, pelo plenário, de voto de aplauso pela atuação do cardeal à frente da diocese paulista. A homenagem foi sugerida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

ACM nega convocação do Congresso em dezembro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu que o período de trabalho extraordinário do Legislativo só deverá começar em 1º de janeiro, por iniciativa do presidente da República. O senador descartou liminarmente a hipótese de autoconvocação a partir de 16 de dezembro, por considerar que seria um gasto inútil.

– Eu não vou convocar o Congresso apenas para se receber ajuda de custo, se não vai haver número. E nós sabemos que só vai haver número em janeiro – disse.

Quanto à pauta da convocação, o senador afirmou que será seguido o costume: o presidente da República enviará uma lista de matérias e os presidentes do Senado e da Câmara acrescentarão mais alguns itens, “como de hábito”.

Antonio Carlos não deu crédito à versão de existência de um acordo sobre a convocação entre o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e o presidente da Câmara, Michel Temer, que já teriam definido a pauta:

– Tenho certeza de que não há essa definição, até porque, se eu não sei, é porque não há – afirmou.

Relatório sobre Corredor Centro-Leste é lido hoje

Será lido hoje, a partir das 10h, o relatório final da Comissão Especial para o Desenvolvimento da Região de Influência do Corredor de Transportes Centro-Leste. A comissão, presidida por José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), tem como objetivo apoiar o desenvolvimento sustentado da região Centro-Oeste. Eles desenvolveram novos estudos sobre a abertura de produção agropecuária e de bens acabados na região que liga o Brasil central até o oceano Atlântico, através do complexo portuário do Espírito Santo.



Mauro Miranda é o autor do relatório final da comissão

Segundo o relatório, apresentado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), uma das maiores conquistas, ao final de dois anos de trabalho, foi a garantia do governo federal de alocar os recursos necessários para a conclusão dos projetos de duplicação da BR-153, no valor de R\$ 4,8 milhões.

Comissão da Amazônia recebe contribuições

A Comissão Temporária da Amazônia, incumbida de definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da região, reúne-se hoje para receber sugestões ao relatório final, elaborado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).



Ademir: “Uma região rica, mas com problemas imensos”

Segundo o relator, o aspecto mais importante do trabalho da comissão é criar a possibilidade de conscientização do povo para que ele possa lutar pelos seus direitos. “Não é fácil discutir uma questão de tamanha amplitude, nem definir o que é prioridade e estabelecer o que deve ser feito na Amazônia. Este relatório é uma contribuição ao processo de desenvolvimento da região, que, apesar de muito rica, enfrenta problemas imensos”, comentou Ademir.

O presidente da comissão é o senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Mello

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso aprova MP das entidades filantrópicas

Texto que altera conceito dessas instituições contou com a contribuição dos partidos de oposição e também amplia abrangência do Simples. Previsão é de que ajuste fiscal ganhe R\$ 1,4 bilhão com as medidas

Autorizadas suplementações orçamentárias

Dezessete projetos de lei de iniciativa do Executivo solicitando autorização para a abertura de créditos suplementares e especiais foram aprovados ontem à noite pelo plenário do Congresso Nacional. Todos eles foram previamente aprovados pela Comissão Mista de Orçamento, muitos no decorrer do dia.

Os órgãos que inscreverão os créditos em seus orçamentos específicos, com respectivos valores e finalidades, constam da listagem a seguir.

- Empresas estatais federais - R\$ 155,8 milhões.
- Empresas estatais federais - R\$ 247,7 milhões.
- Ministério dos Transportes - R\$ 52,5 milhões.
- Órgãos do Poder Executivo e Legislativo - R\$ 370,8 milhões.
- Ministério do Planejamento e Orçamento - R\$ 360 milhões.
- Ministério dos Transportes - R\$ 1,8 milhões.
- Órgãos do Poder Executivo e Judiciário - R\$ 201,7 milhões.
- Ministério das Comunicações - R\$ 1,5 bilhão.
- Presidência da República e Ministério da Justiça - R\$ 2,1 milhões.
- Ministério da Fazenda - R\$ 2,1 bilhões.
- Ministério da Previdência e Assistência Social - R\$ 516,8 milhões.
- Ministério da Justiça - R\$ 11,3 milhões.
- Ministério da Educação e do Desporto - R\$ 2,026 milhões.
- Ministério da Educação e do Desporto - R\$ 36,045 milhões.
- Ministérios da Educação, da Cultura e da Previdência Social - R\$ 366,5 milhões.
- Ministério da Fazenda - R\$ 185,6 milhões.
- Empresas estatais federais - R\$ 6,4 milhões.

Senado envia comissão para visitar Covas

O plenário do Congresso Nacional aprovou ontem, a pedido do senador Antonio Carlos Magalhães, a instituição de comissão de deputados e senadores incumbida de fazer uma visita oficial ao governador de São Paulo, Mário Covas, que se submete a tratamento no Instituto do Coração. O governador paulista tem câncer na bexiga, diagnosticado a partir de cirurgia, realizada na última sexta-feira, para retirada de tumor benigno na próstata.



Plenário aprovou MP através de acordo de lideranças, no que foi classificado pelo líder do Governo, José Roberto Arruda, como um "momento alto do Congresso"

Sudene dirigirá programa emergencial contra secas

A Medida Provisória nº 1687-6, que institui o Programa Emergencial de Frentes Produtivas, com o objetivo de prestar assistência à população das regiões afetadas pela seca, foi aprovada ontem à tarde pelo Congresso Nacional. A MP confere à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a responsabilidade pela execução desse programa.

Para desenvolver as ações do programa emergencial, a medida autorizou a alocação, em depósitos especiais remunerados, no Banco do Brasil, da importância de R\$ 600 milhões, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para a concessão de empréstimo, em caráter excepcional, à União, por intermédio do Ministério do Planejamento e Orçamento.

O depósito desses recursos será feito em até seis parcelas, observada a Reserva Mínima de Liquidez do FAT. E caberá ao ministro do Trabalho determinar as providências necessárias à alo-

cação desses recursos, independentemente de quaisquer outros atos de natureza administrativa.

O Tesouro Nacional ficou autorizado a emitir títulos públicos especiais, com registro no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), do Banco Central, a fim de lastrear esse empréstimo de R\$ 600 milhões. O depósito desses recursos será remunerado pelo Banco do Brasil, ao FAT, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de 6% ao ano.

Relator da matéria, o deputado Wilson Campos (PSDB-PE) defendeu sua admissibilidade. Na discussão, o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) questionou o fato de o governo emitir títulos para garantir esse programa, quando poderia recorrer a recursos do BNDES como fez na privatização de empresas estatais. Conforme anunciou o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, essa matéria a MP vai à promulgação.

Meio Ambiente garante crédito de R\$ 15,5 milhões

Em sessão realizada ontem à tarde, o Congresso aprovou a Medida Provisória nº 1714-3/98, autorizando o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito extraordinário de R\$ 15,5 milhões em favor do Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Os recursos necessários à abertura desse crédito decorrerão da incorporação de recursos provenientes de operação de crédito firmada entre a União e o Banco Mundial e do cancelamento de dotações do próprio Ministério do Meio Ambiente.

Em razão da aprovação dessa MP, ficou alterada a receita do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), convalidando-se os atos praticados com base na MP 1714-2/98.

Relator da matéria, o deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA) apresentou parecer favorável, sustentando a admissibilidade e a constitucionalidade da matéria.

Depois da deliberação favorável de deputados e senadores, o presidente do Senado anunciou que o texto agora vai à promulgação.

O Congresso Nacional aprovou ontem projeto de lei de conversão (PLV) da Medida Provisória nº 1.729, que altera legislação previdenciária. A aprovação foi por votação simbólica, após acordo de lideranças que envolveu os partidos de oposição. O projeto, relatado pelo senador Jäder Barbalho (PMDB-PA), vai agora à sanção presidencial.

O projeto altera a definição de entidades filantrópicas beneficiadas pela isenção da contribuição previdenciária. Passam a ser totalmente isentas apenas as entidades

que promovam a assistência social beneficente a pessoas carentes de forma gratuita e em caráter exclusivo. As entidades sem fins lucrativos educacionais e as que atendam ao Sistema Único de Saúde (SUS), mas que não prestem assistência de forma gratuita e exclusiva, terão isenção das contribuições na proporção do valor das vagas cedidas ou dos atendimentos de saúde prestados.

Jäder Barbalho, ao relatar o mérito do PLV, exemplificou que a entidade de saúde ou educacional que tiver gastos filantrópicos de R\$ 200 mil terá este valor descontado do valor total de sua dívida previdenciária. Para o relator, a medida irá proteger as entidades que efetivamente fazem filantropia no Brasil. As entidades de saúde que quiserem isenção total terão de ofertar ao SUS 60% de seus serviços, como é feito hoje, já que não houve acordo sobre novo índice, de 51%.

O PLV altera também o limite de faturamento para que empresas de pequeno porte participem do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). Esse limite passa de R\$ 720 mil para R\$ 1,2 milhão. A inscrição no Simples possibilita o pagamento mensal unificado de seis impostos e contribuições federais (IRPJ, PIS/Pasep,

CSLL, Cofins, IPI e Contribuição para Seguridade Social).

Com a ampliação do limite, o PLV criou quatro novas faixas de contribuição, que vão variar de 7,4% a 8,6% sobre a receita bruta. Estados e municípios que cobram ICMS e ISS através do Simples, mediante convênio com a União, deverão acrescentar, na cobrança dessas novas faixas, de 0,5% a 1% à alíquota já estabelecida para as faixas de contribuição inferiores. A variação decorre do fato de as empresas contribuírem sobre apenas um desses impostos ou de ambos.

O PLV aumentou também a contribuição previdenciária de empresas que trabalham com atividades insalubres, para compensar aposentadorias especiais que podem ser concedidas aos 15, 20 ou 25 anos de serviço, dependendo do risco da atividade. A contribuição varia, hoje, de 1% a 3% sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, dependendo do grau de risco de acidente de trabalho, classificado como leve (1%), médio (2%) ou grave (3%). Com a sanção presidencial, as alíquotas subirão escalonadamente: a partir de 1º de abril do ano que vem, para 4%, 3% e 2%; em 1º de setembro, para 8%, 6% e 4%; e, após 1º de março do ano 2000, para 12%, 9% e 6%.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), elogiou as contribuições dadas pelos partidos de oposição na negociação que antecedeu a votação do PLV. Para ele, essa aprovação representou "um momento alto do Congresso Nacional", fundamental para que o governo alcance a meta de R\$ 28 bilhões prevista no ajuste fiscal.

O deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) afirmou que o acordo representa, no total, R\$ 1,4 bilhão para o ajuste fiscal. Segundo o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), o valor é até maior: somente as entidades filantrópicas contribuirão com um valor entre R\$ 1 milhão a R\$ 1,2 milhão, enquanto o Simples, ao possibilitar a inclusão de milhares de novas empresas, aumentará a arrecadação em cerca de R\$ 300 milhões.

Deputados também queriam votar acordo com o FMI

Questionado pelos deputados Haroldo Lima (PC do B-BA) e Conceição Tavares (PT-RJ), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que compete privativamente ao Senado autorizar operações externas de natureza financeira, como o empréstimo que o Brasil acaba de conseguir junto ao FMI e a outros organismos internacionais.

Haroldo Lima queria que o acordo votado na manhã de ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado fosse submetido às duas Casas do Congresso. Conceição Tavares argumentou haver lido todo o relatório entregue pelo ministro da Fazenda ao Senado, e alegou ter ainda sérias dúvidas sobre as metas fixadas e as garantias dadas pelo governo aos credores internacionais.

res internacionais.

— Como deputada, eu recorro a quem para sanar essas dúvidas? Recorro ao Papa? — indagou ela. Bem-humorado, o presidente do Senado respondeu que, embora não sendo católica, Conceição Tavares poderia recorrer ao Papa, mas o exame desse relatório é competência privativa do Senado. E informou que, em sessão marcada para hoje, a Casa votará a matéria.

Conceição Tavares voltou a insistir: "V. Exa, que manda mais que o Papa, pode esclarecer a quem eu recorro?". Antonio Carlos Magalhães respondeu que ela deve apresentar um requerimento de informações ao presidente da Câmara. E disse estar certo de que essa Casa fará esse pedido chegar à autoridade competente.

ACM apela aos Estados Unidos por visto para Gabeira

Em carta endereçada ao encarregado de Negócios norte-americano, James Derham, presidente do Senado solicita reexame da decisão de proibir entrada no país do deputado, que participaria de reunião da ONU em Nova Iorque

O presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, solicitou ao encarregado de Negócios dos Estados Unidos no Brasil, ministro James M. Derham, em nome do bom relacionamento entre os dois países, o reexame da decisão que negou visto de entrada naquele país ao deputado Fernando Gabeira, indicado para integrar a missão oficial brasileira à reunião da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em carta enviada ontem a Derham, o senador manifesta a estranheza do Congresso diante da atitude do governo norte-americano e apela no sentido de uma reconsideração, ressaltando que o motivo alegado aconteceu "há mais de trinta anos, fruto de momento difícil que o país vivia e no qual, como ocorreu em várias partes do mundo, pode ter havido exagero dos universitários da época".

– A tradição democrática dos Estados Unidos contrapõe-se a esta medida, que atinge um parlamentar que imprime sua atuação política pelo respeito aos direitos humanos e ao regime democrático – afirma ainda Antonio Carlos na carta, da qual seguiram cópias para o Itamaraty e para o embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

A embaixada norte-americana vem negando a concessão do visto com base em dispositivo legal norte-americano que veda o ingresso no país a quem tenha cometido ato terrorista contra pessoas ou instalações dos Estados Unidos. Gabeira participou do grupo que seqüestrou o embaixador norte-americano Charles Elbrick para exigir a libertação de presos políticos no Brasil.

Antonio Carlos foi procurado, na manhã de ontem, por lideranças de



Antonio Carlos lembrou que o seqüestro do embaixador Elbrick ocorreu em "momento difícil" da história brasileira

diversos partidos de oposição na Câmara, entre eles os deputados Miro Teixeira (PDT), Haroldo Lima (PC do

B) e Marcelo Déda (PT). Eles argumentaram que o objetivo da passagem de Gabeira pelos Estados Unidos é

exclusivamente a visita à ONU, cuja sede, circunstancialmente, se encontra em território norte-americano.

Inaugurada foto de Iris Rezende na galeria de ex-presidentes da CCJ

Em solenidade realizada na manhã de ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), inauguraram a fotografia do senador Iris Rezende (PMDB-GO) na galeria dos ex-presidentes da CCJ.

– Esta é uma homenagem justa pela assiduidade, eficiência e diligência que Iris Rezende demonstrou no comando da CCJ. Não foi fácil sucedê-lo nesta que é a mais importante comissão de que o Senado dispõe. Quero que o senhor – disse Cabral, dirigindo-se a Iris – saia daqui dizendo que a sua passagem pela CCJ foi um exemplo para todos que aqui hão de passar.

O presidente do Senado apontou o colega homenageado como um dos mais eficientes presidentes que a comissão já teve. Ele destacou o fato de que Cabral

fez questão de dar a solenidade necessária à inauguração da fotografia de Iris. – Estamos aqui como se fôssemos o povo goiano – afirmou Antonio Carlos – , para completar dizendo que "sua presença na vida pública é indispensável e manifestar, para Goiás e para o Brasil, o nosso apreço e respeito pela sua figura".

O plenário da comissão foi tomado por parlamentares e amigos do senador homenageado. Entre eles, estavam ex-senadores como o ministro do Tribunal de Contas da União Iram Saraiva, que também presidiu a CCJ, e João Calmon. A esposa do senador goiano integrou a Mesa a convite do presidente da comissão.

O senador goiano, que ocupou a presidência da comissão no biênio 95/96, falou antes de descerrar sua fotografia na galeria. Iris afirmou que, graças à democracia, um filho, neto e bisneto de agricultores pode ver seu retrato cons-

tar entre as figuras mais ilustres do Brasil. Ele agradeceu a iniciativa de Bernardo Cabral em promover a solenidade.

– Venho de um insucesso eleitoral para o qual não consigo encontrar explicação política. Esta homenagem me dá mais força para continuar a minha luta pelo meu povo, meu estado e meu país – disse.

A presença, na galeria, dos retratos dos ex-senadores goianos Iram Saraiva e Dário Délio Cardoso, ao seu lado na galeria, foi apontada por Iris como motivo de honra. Ele se disse orgulhoso de ter como seu sucessor na CCJ Bernardo Cabral, um antigo companheiro na luta pela democracia, também cassado pelo Ato Institucional nº 5. Iris agradeceu ainda a presença de Antonio Carlos, que, segundo ele, engrandeceu a cerimônia.



Presidente do Senado, ladeado pelo senador Ronaldo Cunha Lima, recebe cumprimentos do deputado Eliseu Resende

Congresso aplaude reação à decisão americana

Durante a sessão de ontem do Congresso Nacional, o senador Antonio Carlos Magalhães expressou a estranheza da Casa em relação à atitude do governo norte-americano de negar visto de entrada no país ao deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), escolhido para participar de uma missão de parlamentares brasileiros junto à Organização das Nações Unidas. Antonio Carlos fez apelo ao governo americano para que reexamine o caso. A leitura da carta em plenário despertou calorosos aplausos dos parlamentares presentes.

O deputado Fernando Gabeira agradeceu a iniciativa de Antonio Carlos. "Há filhos que se parecem cada vez mais com os pais. Vossa Excelência está cada vez mais parecido com seu filho. E isso é muito bom", afirmou Gabeira, provocando mais palmas no plenário. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou a concordância do Bloco Oposição com os termos da carta.

Antonio Carlos explicou que, pela manhã, quando tomou conhecimento da negativa de visto ao deputado, dirigiu-se ao encarregado de Negócios da embaixada americana, James Derham, "uma vez que os Estados Unidos, no momento, não têm embaixador no Brasil". Antonio Carlos destacou ter mandado elaborar ainda um documento para ser enviado ao secretá-

rio-geral da ONU, manifestando a estranheza do Parlamento brasileiro diante da negativa de visto ao deputado. "Acho que o governo brasileiro deveria tomar a mesma atitude", opinou.

Na carta, Antonio Carlos qualifica Gabeira como um dos expoentes do Parlamento brasileiro. O motivo da negativa, destacou, ocorreu há mais de 30 anos e foi "fruto de um momento difícil que o país vivia". Antonio Carlos frisou que a viagem é uma missão oficial junto à ONU e que, em sua atuação parlamentar, Gabeira imprime respeito aos direitos humanos e ao regime democrático.

O deputado Jaques Wagner (PT-BA) disse que a atitude do governo norte-americano representa uma agressão à autonomia do Congresso Nacional, lembrando que "Gabeira viaja representando o povo brasileiro". O deputado Gerson Péres (PPB-PA) lembrou a formação democrática dos Estados Unidos e o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) disse não entender como um país de tanta expressão e relevância como os Estados Unidos cultiva um "ódio imorredouro" por uma pessoa.

Prestaram ainda solidariedade a Gabeira os deputados Aécio Neves (PSDB-MG), Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Sérgio Arouca (PPS-RJ).



Iris Rezende disse estar orgulhoso de ter sido sucedido no comando da CCJ pelo senador Bernardo Cabral, "companheiro na luta pela democracia"

CAE aprova acordo do Brasil com o FMI

Parecer do senador José Roberto Arruda, acolhido pela comissão, também autoriza a formalização de contratos com o Bird, o BID, o Banco do Japão e o Banco de Compensações Internacionais

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem o parecer do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) favorável ao acordo do governo brasileiro com o Banco de Compensações Internacionais (BIS) e o Banco do Japão, bem como a documentação referente ao entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no contexto das negociações com essas instituições e mais o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O parecer foi aprovado pela maioria da comissão, tendo recebido apenas quatro votos contrários, dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ademir Andrade (PSB-PA) e Roberto Requião (PMDB-PR). A matéria será votada

pelo plenário do Senado hoje, em regime de urgência, informou o presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP).

O texto do projeto de resolução apresentado por Arruda sofreu apenas uma pequena modificação em seu artigo primeiro. Em vez de "é aprovado o programa de apoio financeiro ao governo" ficou "é autorizada a implementação do programa". A sugestão da mudança foi feita por Suplicy e acolhida pelo relator.

Pelo projeto de resolução, a União fica autorizada a elevar seu limite de concessão de garantias em operações financeiras no montante de US\$ 14,5 bilhões e a prestar garantia ao Banco Central nas operações externas junto ao Banco de Compensações Internacionais e ao Banco do Japão.

A operação de crédito junto ao BIS é de até US\$ 13,2 bilhões e o valor total do empréstimo junto ao Banco do Japão é de até US\$ 1,2 bilhão, ambos com carência de seis meses. O relator estabeleceu, no projeto de resolução, que o Executivo encaminhará ao Senado, trimestralmente, demonstrativo do cumprimento das metas indicativas e dos critérios de desempenho relativos ao programa de apoio financeiro.

O total dos recursos da comunidade internacional para o governo brasileiro será de até US\$ 41,5 bilhões. O objetivo desses empréstimos, obser-



Arruda (à esquerda de Piva) disse que acordo é de "natureza preventiva"

vou Arruda, é exclusivamente o de reforçar a posição das reservas internacionais no Banco Central. "Trata-se de um apoio de natureza preventiva, já que, além de um nível de reservas superior a US\$ 41 bilhões, o Brasil tem amplas condições de honrar seus compromissos externos", afirmou.

Cerca de US\$ 10 bilhões dos recursos estarão disponíveis este ano e outros US\$ 20 bilhões virão ao longo do próximo ano, explicou o relator.

Os recursos, acrescentou o senador José Roberto Arruda, serão sacados conforme as necessidades do país. Do

total de recursos disponibilizados, 70% serão obtidos por uma linha especial denominada Supplemental Reserve Facility, que permite desembolsos mais rápidos, com prazo de recompra entre um e dois anos e meio, embora com custos mais elevados, já que é determinada pela taxa média de captação do fundo acrescida de 3% ao ano.

Arruda esclareceu que o Senado está aprovando os contratos com o BIS e o Banco do Japão, bem como a autorização para concessão de garantia por parte da União e a elevação de endividamento. Citando parecer da Consultoria Geral da República, o senador disse que as operações de saque previstas no convênio com o FMI não precisam da prévia autorização do Senado, pois já estão previstas na legislação brasileira e, além disso, não são operações externas de natureza financeira, pelo fato de não exigirem garantia da União.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tênis
7h30 - Especial/Unip - Assunto: Cirurgia da Obesidade - 2ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tai-chi-chuan
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, a Bahia
9h30 - *Entrevista* - O professor de Direito da UnB, José Geraldo Souza, fala sobre os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos.
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - Sessão Plenária (ao vivo). Logo após, apresentaremos a Missa de final de ano do Senado Federal
13h - *Cores do Brasil* - Em destaque, o Folclore Goiano
13h30 - *Especial/Entrevista* - A professora Heloiza Matos fala sobre a comunicação pública no Brasil
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 - *Cores do Brasil* - Em destaque, Curitiba
19h - *Palestra* - L. E. R.

20h - *Cores do Brasil* - Em destaque, o Oeste Baiano
20h30 - *Entrevista* - O professor de Direito da UnB, José Geraldo Souza, fala sobre os 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Especial/Entrevista* - A professora Heloiza Matos fala sobre a comunicação pública no Brasil
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
19h - "A Voz do Brasil"
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Senadores temem agravamento da crise

Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) questionaram as condições do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e manifestaram preocupação quanto ao agravamento da crise econômica e à possibilidade de o país não cumprir as metas estabelecidas no protocolo com o Fundo. Antes da votação do parecer sobre o acordo, de autoria do senador José Roberto Arruda, alguns senadores, mesmo votando a favor da matéria, concordaram com as ponderações feitas pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) de que a aprovação do documento é um "mal necessário" porque não há outra solução para o país.

Em seu último discurso na CAE antes de assumir o governo de Santa Catarina, Amin fez um histórico das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país desde a década de 80. Disse que, no passado, o Brasil deixou de pagar suas dívidas porque quebrou. Desta vez, observou, o governo brasileiro está tomando providências antes de quebrar.

— Mas vamos quebrar se as coisas continuarem como estão. Se gastarmos o total dos recursos oferecidos por ano, vamos quebrar e não conseguiremos recursos para virar o jogo na base da recessão. Temos que olhar profundamente o caminho que estamos trilhando. E esse caminho tem que ter correção — afirmou.

O senador disse ainda que esse acordo financeiro "não salvará o Brasil da bancarrota". O país, acrescentou, "precisa de alternativas estruturais para resolver seus problemas sociais, econômicos e de mercado, para que dependa menos dos especuladores internacionais. O senador fez um apelo aos integrantes da CAE e a todo o Senado para que não se compor-



Para Amin e outros senadores, acordo é um "mal necessário"

tem como "avestruzes, enterrando a cabeça no chão para não ver o que de real acontece".

O presidente da comissão, Pedro Piva, elogiou o discurso de Amin, agradeceu sua participação na CAE e disse que o senador catarinense fará muita falta ao Senado. Gilberto Miranda (PFL-AM) destacou que o discurso de Amin foi "brilhante". Ele pediu ao relator que incluísse em seu parecer um artigo instituindo a revogação total do acordo aprovado pelo Senado caso o cumprimento de metas não seja enviado a cada três meses ao Legislativo. Arruda acolheu o pedido apenas como sugestão, para que seja um compromisso dos senadores. Mas Gilberto Miranda frisou que o Brasil nunca cumpriu os acordos com o FMI.

Ademir Andrade também elogiou Amin, mas votou contra a matéria e reclamou ainda do pouco tempo que os senadores tiveram para estudar o assunto e votar na comissão e no plenário.

Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou que estava preocupado com exigências do FMI quanto à redução dos

subsídios à agricultura. O relator respondeu que não há referência sobre esse assunto no texto do acordo e que o memorando técnico faz apenas uma projeção para a Selic (taxa média overnight dos negócios com títulos públicos federais) de 25% até 31 de dezembro deste ano, caindo para 21% no próximo ano. Ele admite que a variação dessas taxas vai refletir-se nos setores que têm subsídios.

O senador Eduardo Suplicy explicou que votou contra o acordo porque este não leva em conta metas como crescimento econômico e erradicação da pobreza. Roberto Requião ressaltou que o acordo fará com que o país seja "submisso". Para o senador, está claro que a agricultura também perderá seus subsídios.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) disse que lamenta esse acordo, mas votou a favor do parecer porque, do contrário, o país "estaria na UTI". José Eduardo Dutra observou que há uma única diferença entre este e os antigos acordos do país com o FMI: "Hoje somos capazes de quebrar os acordos com uma classe impressionante".



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Benedita acusou Conselho Federal de Medicina de tentar criar uma reserva de mercado

Benedita quer democratização do uso da acupuntura

A senadora Benedita da Silva (PT-RI) defendeu ontem a democratização da acupuntura, "desde que executada por profissional devidamente capacitado". O assunto está sendo debatido há anos no Senado, onde tramita projeto relativo à regulamentação do exercício profissional de acupunturista. Segundo a senadora, a proposta tem motivado uma intensa polêmica, onde se discute tratar-se ou não de uma especialidade da medicina, devendo ou não ser praticada somente pela classe médica.

Ao pretender tornar a acupuntura uma prática exclusiva para médicos, o Conselho Federal de Medicina está, segundo Benedita, dando curso "a um caso típico, mas pouco ético, de luta por reserva de mercado". Por esta razão, ela considera suspeito o monopólio dessa prática conforme reivindicam alguns médicos. A questão – afirmou a senadora – é que a classe médica sabe que, uma vez popularizada, a acupuntura é de grande aceitação, tornando-se um filão nada desprezível.

Para ela, o que tem dificultado o entendimento entre as partes interessadas na regulamentação daquela profissão é o fato de o Conselho Federal de Medicina ter arrogado para a sua classe profissional o direito exclusivo de exercê-la. O conselho, disse Benedita, adotou um entendimento segundo o qual a atividade "é médica, é ato cirúrgico, e que estando nas mãos de não-médicos ofereceria riscos à saúde da população".

– Em nenhum lugar do mundo a acupuntura é exclusividade médica. Por que deveríamos torná-la no Brasil? – perguntou a senadora.

Emília defende apresentação de emendas de parlamentares ao Orçamento da União

Senadora considera "insensível" o tratamento dado ao tema pela imprensa e lembra que deputados e senadores precisam atender às necessidades dos municípios que representam

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) defendeu ontem, da tribuna do Senado, as emendas que os parlamentares apresentam à proposta de Orçamento elaborada pelo governo. Para a senadora, essa é a única maneira que os parlamentares têm de atender às necessidades dos municípios "que o governo federal nem sequer conhece". Emília lembrou que as emendas estão limitadas a R\$ 1,5 milhão por deputado ou senador.

A senadora queixou-se da insensibilidade da imprensa, que critica essas emendas sem atentar para sua importância. "Enviei uma correspondência a *O Globo* para esclarecer que minha

emenda de R\$ 100 mil para o Festival de Música e Poesia é relevante porque os festivais no Rio Grande do Sul são eventos tradicionais, realizados em 150 cidades diferentes, mobilizando cerca de 600 mil pessoas, gerando empregos pelo fomento do comércio e do turismo."

Para Emília, o Rio Grande do Sul foi particularmente prejudicado no Orçamento para 1999, porque o governo, ao enviar sua segunda versão, cortou ainda mais os recursos para a agricultura, suprimiu os recursos para habitação e cortou totalmente as verbas para a construção da usina de rastreamento de satélites e monitorização da camada de

ozônio, já iniciada no ano passado. "Mais uma vez paralisa-se uma obra já começada", indignou-se.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) lembrou os tempos anteriores à Constituição de 1988, em que nenhum parlamentar podia alterar o Orçamento que vinha do governo. "Hoje, temos um pequeno poder. Mesmo assim, ele é criticado pela grande imprensa. É curioso destacar que, no Acre, a mídia aplaude os recursos que nossa bancada consegue aprovar e até pede mais" – afirmou.



Emília afirmou que o governo federal "nem sequer conhece" as reivindicações dos municípios

Amorim propõe substituição da Sudam por nova agência

A criação da Agência de Desenvolvimento Ambiental da Amazônia para substituir a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) foi defendida ontem pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Ele justificou a necessidade da instituição do organismo por considerar que a Sudam já esgotou sua capacidade de colaborar para o progresso da região Norte.

O senador considera que o modelo da Sudam não é satisfatório e está "viciado", privilegiando alguns estados em detrimento de outros. Ele quer que a agência tenha abertura para receber investimentos internacionais voltados à infra-estrutura econômica da região, dentro de um modelo de desenvolvimento sustentado.

Na opinião de Ernandes Amorim, sempre que a União precisa tomar dinheiro emprestado no exterior para financiar obras nas regiões Sul e Sudeste do país, coloca no contrato alguma restrição ambiental que entrava o desenvolvimento da Amazônia. "O pior é que a região não é beneficiada em nada pelos recursos ex-



Ernandes Amorim considera "viciado" o atual modelo

ternos", reclamou.

Ernandes Amorim reclamou os demais senadores eleitos pela região a formar uma bancada da Amazônia, com o propósito de atuar junto ao governo federal para garantir investimentos naqueles estados. Ele acredita que apenas por meio da união os parlamentares poderão exigir os recursos necessários à realização de obras importantes para a população amazônica.

O senador criticou a posição do governo federal em relação ao Ministério da Produção. Segundo analisou Amorim, logo em seguida à demissão do ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros – o mais cotado para o novo cargo –, o governo "esqueceu o assunto".

– Ao que parece, ao invés de se definir o ministério para depois buscar um nome adequado ao cargo de ministro, pretende-se resolver quem será o ministro e em função de seu perfil decidir que órgãos e atividades irão compor o ministério – constatou Ernandes Amorim.

Suassuna contesta acusação publicada pela revista *Veja*

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou a publicação, pela revista *Veja* em sua última edição, de artigo intitulado "Pilatropia em xeque", que o inclui como um dos beneficiários de isenções fiscais por possuir empresas consideradas filantrópicas. Ney Suassuna informou ontem que enviou carta à revista esclarecendo a verdade e lamentando que "se abra espaço para irresponsabilidade que distorce fatos, desinforma e confunde, manchando a imagem de pessoas sérias".

De acordo com Suassuna, o Colégio e as Faculdades Integradas Anglo-Americano, dos quais se encontra licenciado desde 1995, jamais foram enquadrados como entidades filantrópicas, e, portanto, não recebem nenhuma ajuda do governo, "o que torna descabida qualquer alegação visando misturá-lo ao saco de gatos da farra das isenções fiscais".

Ao repelir veementemente acusações da revista sobre sua atuação parlamentar, Suassuna trouxe informações que, segundo ele, o credenciam como um dos mais atuantes membros do Poder Legislativo.

– Já no primeiro ano de mandato, fui incluído pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar entre os cabeças do Congresso, como formulador e debatedor. No segundo ano, fui o senador que mais relatou matérias, entre elas temas importantes como a Lei de Patentes, a Lei de Greve e a Lei de Telecomunicações. No terceiro ano de mandato, presidi a Comissão Mista de Orçamento, tendo cumprido todos os prazos constitucionais para a sua tramitação, fato inédito no Congresso Nacional – esclareceu.

Ney Suassuna lembrou ainda recente reportagem da mesma revista que o elegem um dos 100 parlamentares mais atuantes do Congresso. As insinuações, segundo o senador paraibano, são mais graves, uma vez que ele tem feito reiterados pronunciamentos contrários às isenções fiscais.

– Se minha atuação parlamentar for consultada, se verificará uma considerável série de pronunciamentos defendendo a extinção da isenção fiscal, desde muito antes de aportar no Senado a proposta de reforma tributária. Aliás, durante a recente votação das medidas do ajuste fiscal, encaminhei a matéria como alternativa à cobrança do INSS de aposentados e pensionistas – concluiu.

Em aparte, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) criticou a revista *Veja*, que não procurou "conversar com o senador ou levantar os dados a serem publicados". Para a senadora gaúcha, essa providência seria o mínimo para garantir a democratização da informação. Com relação às isenções fiscais, Emília Fernandes adiantou seu voto contrário à medida provisória que extingue o direito das entidades consideradas filantrópicas. Segundo ela, há uma generalização no tratamento da questão.

– Há um equívoco do governo quando se busca corrigir distorções. Busca-se nivelar por baixo como se todas as entidades fossem irresponsáveis – afirmou a senadora.

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) também se solidarizou com Suassuna, testemunhando o seu desempenho como parlamentar na relatoria de matérias importantes.



Ney Suassuna lamenta ter sido vítima de uma "distorção de fatos"

Lúdio vai a reunião do Mercosul no Rio

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), presidente *pro tempore* das Comissões Parlamentares Conjuntas do Mercosul, e presidente da Seção Brasileira, participa hoje, no Rio de Janeiro, de almoço com o presidente Fernando Henrique Cardoso e demais presidentes dos países integrantes do Mercosul, além dos presidentes da Bolívia e do Chile.

O almoço, oferecido por Fernando Henrique e Carlos Menem, presidente da Argentina, será realizado no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro, e faz parte dos eventos relacionados à 15ª Reunião

de Cúpula do Mercosul que se realiza nesta quarta e quinta-feira no Rio.

Após o almoço, será inaugurada a exposição *O Retorno dos Anjos*, patrocinada pelo governo da Bolívia, e também será feito o lançamento do livro *Argentina-Brasil, Centenário de Duas Visitas*, de autoria do historiador argentino Rosendo Fraga e do embaixador brasileiro Luiz Felipe de Seixas Corrêa. O livro registra a visita do presidente Campos Sales à Argentina, em 1899, e a visita do presidente Roca, argentino, ao Brasil.



Lúdio Coelho participará de almoço oferecido por Fernando Henrique e Carlos Menem

Penas mais duras para exploração de mão-de-obra

Plenário aprova projeto que agrava punição, com até um ano de prisão, para as pessoas acusadas de crimes relacionados com o trabalho forçado ou escravo. Futura lei só depende agora de sanção presidencial

O plenário do Senado aprovou ontem de manhã projeto de lei que agrava a punição por crimes relacionados com o trabalho. Pela proposta, que foi relatada pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA) e vai à sanção presidencial, quem frustrar direito assegurado pela legislação trabalhista, usando fraude ou violência, estará sujeito a pena de até um ano de detenção.

Também ficam aumentadas as penas para o aliciamento de trabalhadores de um local para o outro do território nacional. Assim, quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho e, mediante fraude ou violência, não assegurar condições para o seu retorno, será punido com até três anos de detenção.

De acordo com o relator, é imprescindível a adoção de medidas visando coibir condutas trabalhistas abusivas:

– Dada a existência, em alguns estados, de práticas trabalhistas coercitivas e tendo em vista que a mera fiscalização do trabalho pelos órgãos competentes não tem sido suficiente para desestimular a propagação dessas condutas contra os trabalhadores, restou ser imprescindível a adoção de medidas hábeis a sua repressão – analisa Josaphat Marinho.

Foi ainda aprovado projeto alterando o Código Penal Militar. A pro-



Josaphat lembrou que a fiscalização de órgãos como a DRT não é suficiente para coibir os abusos

posta, relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), supre omissão da legislação, que não pune o autor de crime de deserção cuja apresentação ou captura se dê depois de dez dias do delito. Além disso, aumenta o rigor da pena no caso de militares mais graduados. A matéria irá à sanção presidencial.

Outro projeto aprovado pelo plenário é o que obriga a presença de alguma marca que permita a identificação tátil da moeda-papel. A intenção é possibilitar a discriminação das cédulas por pessoas portadoras de deficiência visual. A matéria segue agora para apreciação pela Câmara dos Deputados.

Projeto que extingue manicômios entra em pauta na segunda-feira

O projeto de lei da Câmara que extingue, progressivamente, os hospitais psiquiátricos públicos passou a tramitar ontem em regime de urgência, com a aprovação de requerimento nesse sentido pelo plenário do Senado. A matéria entra em pauta na sessão deliberativa da próxima segunda-feira. De autoria do deputado Paulo Delgado (PT-MG), o projeto recebeu na Comissão de Assuntos Sociais substitutivo elaborado pelo senador Lucídio Portella (PPB-PI)

Senadores opositoristas se disseram contrários à aprovação da urgência. Para eles, que defendem a proposta original, a urgência é desnecessária. Mas o relator do projeto defendeu a tramitação acelerada, lembrando que a matéria está no Senado desde 1991. Segundo ele, já houve suficientes audiências públicas na CAS, o que deu oportunidade a todos segmentos interessados de emitir sua opinião:

– O substitutivo enfatiza o tratamento na comunidade e faz da hospitalização uma exceção. O seu arcabouço geral mantém-se equidistante de interesses ideológicos ou econô-

micos de grupos de interesse. O meu compromisso é tão-somente para com os portadores de transtornos mentais e suas famílias – disse Lucídio.

A fala de Lucídio motivou o debate sobre o mérito da proposta. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator das emendas apresentadas em plenário, manifestou a posição do Movimento Nacional pela Reforma do Sistema Psiquiátrico Brasileiro em defesa do projeto original de Delgado:

– Não se pretende fechar de maneira abrupta os hospitais psiquiátricos hoje existentes no país nem obrigar a suspensão da internação de todas as pessoas com problemas mentais. A tese central é humanizar o atendimento a pessoas portadoras de distúrbios mentais – afirmou Rocha.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) criticou a demora do governo em definir uma política de saúde mental. Segundo ela, o projeto original acaba com a oportunidade de a parcela mais carente da população exigir do governo o tratamento de seus doentes:

– Não podemos transferir a responsabilidade para a família. Temos que encontrar solução alterna-



Substitutivo de Lucídio faz da hospitalização uma exceção no tratamento

tiva – declarou Emilia.

Os senadores Bello Parga (PFL-MA) e José Fogaça (PMDB-RS), que encaminharam favoravelmente à aprovação do pedido de urgência, sugeriram, assim como o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que sejam feitas gestões junto ao presidente da República para que se inclua o projeto na convocação extraordinária prevista para janeiro. Isso porque, mesmo com a concessão do regime de urgência à tramitação da matéria, é possível que não haja tempo para a votação do projeto antes do recesso do fim de ano.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 1998

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995. Osmar Dias e outros. Da nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas).

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã (10/12), para o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno.

2

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1996 (Complementar). Lúcio Alcântara. Dispõe sobre a presença de identificação tátil entre as características gerais das cédulas de moeda-papel.

Resultado: Aprovado. À Câmara dos Deputados.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1997 (nº 929/95, na Casa de origem). Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Resultado: Aprovado. À sanção.

4

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1998 (nº 2.377/96, na Casa de origem). Presidente da República. Altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.

Resultado: Aprovado. À sanção.

5

Requerimento nº 584, de 1998. Hugo Napoleão e outros. Solicita, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamentação a internação psiquiátrica compulsória.

Resultado: Aprovado. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 14.12.98, segunda-feira, para proferimento de parecer.

Sessão de hoje assinala 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos

A primeira parte da sessão deliberativa do Senado, marcada para as 10h, será dedicada à comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 12 de dezembro de 1948 pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

A homenagem foi requerida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e

outros senadores.

Até o final da tarde de ontem, estavam inscritos para falar, além de Suplicy, os senadores Francolino Pereira (PFL-MG), Pedro Simon (PMDB-RS), Ademir Andrade (PSB-PA), Júlio Campos (PFL-MT), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Benedita da Silva (PT-RJ), Emilia Fernandes (PDT-RS), Marina Silva (PT-AC) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Professor defende inclusão da moradia na relação

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 50 anos hoje, é o tema de entrevista na TV Senado com o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo Souza. O professor faz uma análise histórica do lançamento da declaração e de seus desdobramentos. Na sua opinião, a consolidação dos artigos previstos no documento depende do fortalecimento

do papel da ONU como agente de equilíbrio dos interesses das nações.

Na entrevista, que vai ao ar hoje às 9h30 e às 20h30, José Geraldo também defende a inclusão do direito à moradia no rol dos direitos fundamentais do homem.

O professor da UnB comenta, ainda, em suas entrevistas, os efeitos do avanço tecnológico sobre os direitos humanos.

CMO aprova R\$ 10,6 bi em suplementações orçamentárias

Em atendimento a solicitações encaminhadas pelo Poder Executivo, o plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização autorizou ontem o governo a abrir, nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos do exercício fiscal de 1998, créditos suplementares e especiais no valor total de R\$ 10,6 bilhões.

Dos R\$ 10,6 bilhões, R\$ 7,05 bilhões suplementam as dotações orçamentárias do Ministério da Fazenda para "o atendimento ao Programa de Redução da Participação do Estado no Setor Bancário Estadual - Proes, em razão de mudanças ocorridas na conjuntura econômica do país", conforme justificativa apresentada pelo governo na mensagem que encaminhou o pedido ao Congresso. O crédito abrange contratos que ainda deverão ser assinados e, portanto, dependem de autorização final do Senado.

A suplementação ao Ministério da Fazenda será coberta por emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Simon homenageia resistência de Pedro Aleixo

Ao registrar os 30 anos do AI-5, senador revela conversa com ex-líder da Arena, Daniel Krieger, na qual este lhe contou que o presidente Costa e Silva deixou deputados governistas à vontade para a decisão que justificou ato institucional

Ao registrar que no próximo domingo o Ato Institucional nº 5 completa 30 anos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) homenageou o ex-vice-presidente Pedro Aleixo, por ele ter sido o único participante da reunião em que o AI-5 foi assinado, a votar contra a edição da medida.

Em seu pronunciamento, Simon recordou que o ano de 1968 foi de contestação no mundo todo. Falou no assassinato de Che Guevara em 1967, na oposição dos norte-americanos à guerra do Vietnã e na movimentação dos estudantes franceses, que culminou com a renúncia de Charles De Gaulle. No âmbito do Brasil, ele lembrou dos diversos protestos promovidos pelos estudantes contra a má qualidade de ensino e posteriormente contra a repressão policial, a falta de liberdade e a ditadura que despontava.

Continuando a registrar os fatos his-



Em seu discurso, Pedro Simon relembrou os movimentos de contestação de 68

tóricos, Simon citou o discurso em que o deputado Márcio Moreira Alves fez um apelo para que as mulheres dos militares do Exército negassem sexo a seus maridos, as moças se recusassem a dançar com os cadetes e os estudantes não participassem dos desfile de Sete de Setembro.

De acordo com o senador pelo Rio Grande do Sul, as palavras de Márcio Moreira Alves não tiveram repercussão imediata. Apenas o jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma nota de duas linhas fazendo referência ao discurso, sem dar maiores detalhes. Simon afirmou que o texto foi reproduzido

pelas "vivandeiras", que insuflaram os militares a tomar uma atitude.

De repente, os militares exigiram uma licença da Câmara dos Deputados para cassar Márcio Moreira Alves. Passou a haver pressão para que esta autorização fosse dada. Mas a Câmara fez uma sessão e foi negado o pedido. Isto foi usado como justificativa para a edição do AI-5 – relatou Pedro Simon.

HISTÓRIA

Para complementar as várias reportagens publicadas sobre os 30 anos do AI-5 por revistas e jornais brasileiros nos últimos dias, Simon descreveu uma conversa que manteve com Daniel Krieger. O líder da Arena na Câmara daquela época contou ao senador gaúcho que foi o próprio presidente Costa e Silva quem autorizou a liberação dos deputados para ficar à vontade na votação do pedido de licença para pro-

cessar Márcio Moreira Alves.

– O presidente Costa e Silva disse a Daniel Krieger: “Eu cumpro a minha parte. Enviei o ofício pedindo autorização da Câmara dos Deputados para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado. Agora a Câmara está liberada para falar”. Com esta liberação, muitos deputados da Arena votaram contra a licença – registrou Simon.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou que além de ter votado contra a edição do AI-5, a História registra que Pedro Aleixo também posicionou-se contrário à cassação de vários parlamentares, entre eles o próprio Cabral. Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) assinalou que o registro feito por Simon é importante porque lembra a todo governante que o “ato de hoje tem o julgamento definitivo amanhã”.

Alcântara diz que governo duplicou incentivos à capacitação tecnológica

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que, se utilizados em sua totalidade, os valores obtidos com a renúncia fiscal no período 97/98 por meio da lei sobre concessão de incentivos para a capacitação tecnológica das empresas deverão alavancar investimentos em torno de R\$ 1 bilhão ao ano.

Ele destacou que isto significa “duplicar os investimentos realizados pelo setor produtivo nacional em pesquisa e desenvolvimento”. Os valores previstos para atender à renúncia fiscal são de R\$ 260 milhões (1997) e de R\$ 200 milhões (1998).

Baseando-se em relatório feito pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que abrange o período 94/97, o senador considerou que o país caminha com firmeza no sentido de mudar o perfil desse tipo de investimento, garantindo melhor equilíbrio na participação dos setores público e privado no seu custeio.

– Estamos no caminho certo. A estabilidade econômica e os incentivos fiscais bem ajustados são as condições necessárias para ampliação dos investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Ampliar esses investimentos é a condição necessária para não perdermos nosso trem rumo ao futuro – disse Alcântara.

Segundo o senador, o resumo quantitativo dos resultados obtidos durante o exercício de 1997, em relação aos dados obtidos até o final de 1996 e anos anteriores, evidencia uma tendência de crescimento dos investimentos por parte das empresas, em particular nos anos de 1996 e 1997. O resumo mostra que,

do total de 83 Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial e Agropecuário aprovados entre abril de 94 e dezembro de 97, nada menos que 31 – ou 37% – foram deferidos ao longo do ano passado. Os novos 31 programas envolvem a participação de 127 empresas.

Lúcio Alcântara ressaltou que, no período de 1994/2001, os investimentos totais previstos nos 83 programas aprovados até dezembro de 1997 somarão R\$ 2,12 bilhões, o que representa um acréscimo de 54% quando comparados com o montante dos investimentos totais aprovados até 31 de dezembro de 1996.

– Ou seja, o aumento no valor total dos investimentos aprovados, além de muito expressivo no ano passado, foi superior ao aumento no valor total dos incentivos concedidos, indicando uma participação proporcionalmente maior dos investimentos custeados pelas pró-

prias empresas – afirmou.

Para Alcântara, a redução de 50% na concessão de incentivos fiscais imposta no final do ano passado para o setor de pesquisa não comprometerá o êxito do processo. Segundo o senador, é importante destacar que essas limitações foram adotadas em caráter conjuntural, para fazer frente a uma situação emergencial, “sendo propósito manifesto do presidente da República atenuá-las logo que o comportamento da economia o permitir”.

Ele acrescentou que a manutenção da estabilidade econômica garantirá as condições para o aumento dos investimentos em geral.

– A característica maior dos tempos em que vivemos – disse ele – parece ser que o futuro precipita-se aceleradamente sobre o presente. As nações que não acompanharem esse ritmo estarão relegadas, fatalmente, ao marasmo econômico.



Segundo Lúcio Alcântara, renúncia fiscal permite ao país investir R\$ 1 bilhão por ano em tecnologia

Juros altos podem anular ajuste, alerta Bezerra

O ajuste fiscal será inviabilizado se forem mantidas as altas taxas de juros, alerta o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). “As empresas estão sufocadas por juros e impostos, mas o principal prejudicado é o próprio governo, que paga mais caro pela rolagem de seus títulos. O esforço fiscal será anulado pelo aumento do serviço da dívida, de um lado, e pela queda da arrecadação, de outro”, disse.

Fernando Bezerra queixou-se, em especial, do aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que pulou de 11,68% para “catastróficos” 18,06%, a partir de 1º de dezembro. “Não estou questionando os cálculos técnicos, mas quero propor a adoção de um redutor, nos moldes do que é adotado para a fixação da Taxa Referencial, a TR. Assim, o Banco Central estaria descontaminando os passivos dos aumentos transitórios das taxas de juros”.

Lembrando que a TJLP é o indexador dos financiamentos do BNDES e de bancos oficiais que operam linhas de crédito de longo prazo, Bezerra disse que “esse aumento da ordem de 54% terá um efeito arrasador sobre as empresas e seus projetos de implantação e modernização de parques industriais”.

Em relação às pequenas e microempresas, a elevação da TJLP terá impacto ainda mais destruidor, acrescentou: “Diante do quadro recessivo em que já se encontra a economia, com queda nas vendas, redução das horas trabalhadas e aumento da ociosidade industrial, como pagar mais juros?”

Bezerra observou que os países avançados baixam os juros e os impostos



O senador Fernando Bezerra condenou o aumento de 54% nas taxas de juros de longo prazo

para enfrentar a recessão, enquanto no Brasil os juros sobem e impostos como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) sobem. “Não há alquimia ou magia que impeça a inadimplência ou o abandono de projetos, agravando a recessão”, afirmou.

Para o senador, as autoridades estão tomadas por uma possessiva síndrome monetarista, em que a pretensa proteção à moeda transformou-se no cerne das preocupações e ações. “Voltamos a viver, embora sem inflação, a mesma ciranda financeira. O objetivo primordial das autoridades tem sido a atração de capitais, ofertando altas taxas de remuneração aos especuladores. Esses juros contaminam todo o sistema econômico, fazendo com que o estímulo à produção, que gera a efetiva riqueza, fique esquecido”, frisou ele.

Em apartes, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Nabor Júnior (PMDB-AC) encamparam as teses expostas por Bezerra.